

1 **Ata 03/2020** – Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às oito horas e
2 quinze minutos, na sala de reuniões da Secretaria de Assistência Social e Proteção à
3 Família, sito a Rua Dr. Cyro Fernandes do Lago, cento e sessenta e sete, Vila Pioneiro,
4 Toledo-Paraná, reuniram-se os membros do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança**
5 **e do Adolescente (CMDCA)** para **Reunião Ordinária**, contando com a presença dos
6 seguintes conselheiros: GESTÃO 2019-2021: Ivone Laguna, Diselda Soares da Cunha,
7 Chirlei Echhardt, Edmara de Souza, Ires Damian Scuzziato, Lineu Wutzke, Cíntia Regina
8 Brun, Michel Henrique Niedemeyer, Fernanda Maria Soprani, Janaina Mery Gomes
9 Formighieri e Tatiane Rauber. Registra-se também a presença dos participantes: Jean Michel
10 Fagundes Bispo (Gestão Financeira SUAS) e Marília Borges Leite (Gestão do SUAS), e
11 ainda a justificativa de ausência da conselheira Magna Marcia Merlini. A presidente do
12 CMDCA, senhora Ivone Laguna, deu início à reunião cumprimentando os presentes,
13 agradecendo a presença de todos e em seguida apresentou a **PAUTA** para aprovação: **a)**
14 Deliberar sobre a Ata nº 01/2020 – CMDCA; **b)** Deliberar sobre a Ata nº 02/2020 – CMDCA;
15 **c)** Deliberar sobre a reprogramação do superávit de 2019; **d)** Deliberar sobre o Edital de
16 Chamamento Público; **e)** Deliberar sobre as indicações para formação da Comissão de
17 Análise e Seleção de Projetos do Chamamento Público; **f)** Deliberar sobre formação da
18 Comissão de Monitoramento e Avaliação do Chamamento Público; **g)** Deliberar sobre os
19 critérios para acessar os valores arrecadados com a Campanha Legal; **h)** Deliberar sobre
20 nova composição da Mesa Diretora do CMDCA; **i)** Deliberar sobre Proposta de Capacitação
21 ao Conselho Tutelar; **j)** Relatos das Comissões de trabalho do CMDCA: •Comissão Técnica,
22 de Registro e Inscrição; •Comissão de Orçamento e Fundo; •Comissão de Comunicação,
23 Articulação e Divulgação; •Comissão de Ética; •Comissão Intersetorial de Convivência
24 Familiar e Comunitária; •Comissão Intersetorial de Medidas Socioeducativas; •Comissão
25 Especial para revisão da Lei e Regimento Interno do CMDCA; •Comissão Especial para
26 acompanhamento das inspeções dos Serviços Socioassistenciais; •Comissão Organizadora
27 do Processo Eleitoral do Conselho Tutelar, Gestão 2020-2023; •Comissão de Capacitação
28 Continuada do Conselho Tutelar; **INFORMES:** **a)** Correspondências recebidas e expedidas;
29 **b)** Apresentação da resposta da Secretaria de Educação sobre a Metodologia de
30 chamamento para vagas nos CMEI's; **c)** Resposta ao ofício 2442/2019-VIJ/CÍVEL; **d)**
31 Resolução nº 43, que delibera por alterações no Regimento Interno do CMDCA; **e)** Outros
32 informes. Em seguida a Presidente solicita se há alteração ou inclusão na pauta e a
33 Conselheira Ires se manifesta e pede para incluir um informe sobre os fundos e o
34 Conselheiro Lineu também pede para que seja incluso um informe sobre a reunião da

35 Comissão do GTI (Grupo de Trabalho Intersetorial para Acompanhamento e monitoramento
36 do POM) da qual participou e gostaria de informar a plenária. Não havendo mais pontos a
37 incluir, inicia-se com o **item A da pauta – Deliberar sobre a Ata nº 01/2020 – CMDCA e**
38 **Item B da pauta - Deliberar sobre a Ata nº 02/2020 – CMDCA:** A Secretária Executiva
39 informa que as duas atas foram encaminhadas por e-mail e não recebeu manifestação para
40 alteração, e não houve nenhuma observação por parte dos conselheiros presentes, então a
41 Presidente Ivone Laguna coloca em votação pela aprovação da Ata nº 01/2020 e Ata nº
42 02/2020, sendo aprovadas por todos conselheiros. **Item C da pauta - Deliberar sobre a**
43 **reprogramação do superávit de 2019:** O Diretor do Departamento de Gestão Financeira e
44 Orçamentária senhor Jean Michel Fagundes Bispo faz a contextualização legal e após
45 apresenta a reprogramação do superávit 2019, para o exercício do ano de 2020 alocados no
46 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo um total de R\$ 755.406,63
47 (setecentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e seis reais e sessenta e três centavos),
48 distribuídos da seguinte forma: •Fonte 00880- Campanha Legal: Pacto pela Criança- Imposto
49 de Renda: R\$ 694.341,79; •Fonte 10130- SEDS/FIA- Crescer em família: R\$ 11.574,21;
50 •Fonte 10131- SEDS/FIA- Programa SCFV: R\$ 439,69; •Fonte 10132- SEDS/FIA- Programa
51 Liberdade Cidadã: R\$ 6.093,70; •Fonte 10134- SEDS/FIA- Fortalecimento do Atendimento as
52 crianças e adolescentes vítimas de violência: R\$ 2.678,76; •Fonte 10177- SEDS/FIA-
53 Programa de Fortalecimento dos Conselhos Tutelares: R\$ 25.273,69; •Fonte 10203-
54 CEAS/SEJUF- Incentivo CMDCA: R\$ 15.004,79. Após a apresentação o Diretor esclarece
55 algumas dúvidas dos conselheiros, sendo elas sanadas, a Presidente coloca em votação
56 pela aprovação da reprogramação do superávit 2019, sendo que foi aprovada pela plenária.
57 **Item D da pauta - Deliberar sobre o Edital de Chamamento Público:** A Diretora do
58 Departamento de Gestão do SUAS Marília Borges Leite faz a apresentação do Edital, que
59 será o quarto em se tratando de recursos oriundos da Campanha Legal do Imposto de
60 Renda, explica que o formato do mesmo segue o padrão do ano anterior, expõe que as datas
61 não estão definidas ainda, por precisar passar pela aprovação na Câmara de Vereadores,
62 mas que a proposta do Edital, deve ser aprovada inicialmente pelo CMDCA, até para se ter
63 mais celeridade no processo. Então a Presidente Ivone Laguna coloca em aprovação o Edital
64 de Chamamento Público, sendo que foi aprovado pelos conselheiros. **Item E da pauta -**
65 **Deliberar sobre as indicações para formação da Comissão de Análise e Seleção de**
66 **Projetos do Chamamento Público:** Em continuidade, a Diretora Marília explica que paralelo
67 ao Chamamento deve haver a formação da comissão que fará a abertura dos envelopes e a
68 análise dos projetos, e a mesma deve ser composta por representantes governamentais,

69 pois não pode haver nenhuma vinculação com as instituições que farão parte do processo.
70 Frisa que na composição desta comissão é interessante que haja um representante de cada
71 política, pra que seja analisado com mais propriedade todos os projetos apresentados. A
72 Diretora explana ainda, o processo que a comissão em questão faz, e que a mesma trabalha
73 por um curto período de tempo, após pede para que os conselheiros que queiram participar
74 se manifestem, e a conselheira Cíntia Regina Brun se dispôs a continuar já que
75 participou processo no ano passado, da Secretaria de Saúde as conselheiras serão
76 consultadas pois não se faziam presentes, e da Secretaria de Educação a conselheira
77 Janaina Mery Gomes Formighieri se colocou a disposição para participar. A Presidente
78 coloca em votação a formação da Comissão de Análise e Seleção de Projetos do
79 Chamamento Público, sendo aprovada pela plenária. **Item F da pauta - Deliberar sobre**
80 **formação da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Chamamento Público:**
81 Prosseguindo, a Diretora Marília Borges Leite explana que a comissão em questão faz o
82 trabalho posterior a todo processo já explicado anteriormente, que é o de acompanhamento
83 da parceria, e que o trabalho desta, perdura até o final do ano, esclarece ainda que a
84 Diretora do Departamento de Vigilância Socioassistencial Josieli é quem fica a frente desta
85 comissão e que nos momentos que forem necessários os representantes são convocados
86 para fazer o acompanhamento junto a Diretora da Vigilância, expõe também que esta
87 comissão precisa ser formada por representantes governamentais e necessariamente um de
88 cada Secretaria. Solicitou portanto que os conselheiros fizessem suas indicações, sendo que
89 se colocaram a disposição para a compôr a referida comissão: Fernanda Maria Soprani - da
90 Secretaria da Educação, Cíntia Regina Brun - Secretaria da Assistência Social, Tatiane
91 Rauber - Secretaria de Esporte e Lazer, Janiele Sodre Bueno - da Secretaria da Cultura foi
92 indicada pelo conselheiro Michel Henrique Niedemeyer, e a Secretaria de Saúde ficou de ser
93 consultada. A Presidente Ivone Laguna coloca para aprovação a formação da Comissão de
94 Monitoramento e Avaliação do Chamamento Público, sendo que foi aprovada por todos. **Item**
95 **G da pauta - Deliberar sobre os critérios para acessar os valores arrecadados com a**
96 **Campanha Legal:** Marília Borges Leite - Diretora de Gestão do SUAS, explica a plenária o
97 processo que é feito todos os anos pela comissão de Orçamento e Fundo, a qual se reúne
98 para discutir e definir os critérios a serem acessados por cada uma das entidades, informa
99 que foram duas as reuniões que a comissão realizou, e convida o Senhor Lineu Wutzke,
100 coordenador da referida comissão para trazer a plenária um resumo sobre o que foi tratado
101 nas reuniões. O Coordenador então relata aos Conselheiros que a primeira reunião foi
102 realizada no dia 06 de fevereiro, na qual foi repassado a comissão o valor disponível em

103 conta, que se tratava de R\$ 930.714,77 (novecentos e trinta mil, setecentos e quatorze reais
104 e setenta e sete centavos), mais detalhadamente este valor refere-se a somatória da
105 Campanha Legal que foi de R\$ 678.496,66 (seiscentos e setenta e oito mil, quatrocentos e
106 noventa e seis reais e sessenta e seis centavos), mais parte do DARF que entrou em 2019
107 que era de R\$ 171.615,19 (cento e setenta e um mil, seiscentos e quinze reais e dezenove
108 centavos), totalizando R\$ 850.111,85 (oitocentos e cinquenta mil, cento e onze reais e
109 oitenta e cinco centavos) de imposto de renda, e esclarece que além desses valores teve
110 também rendimento de aplicação, mais multas e o saldo anterior, chegando então no valor
111 citado de R\$ 930.714,77. O mesmo ainda aclara a plenária que todo ano é deixado em conta
112 um certo valor, para a manutenção da conta e pagamento de boletos, e foi definido pela
113 comissão deixar em conta o equivalente a R\$ 10.714,77 (dez mil, setecentos e quatorze
114 reais e setenta e sete centavos), para ficar redondo o valor a ser rateado será de
115 R\$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil reais). O Senhor Lineu relata ainda que nesta reunião
116 surgiu uma situação nova, mais especificamente na Ledi Maas Lions, que foi trazida pela
117 Conselheira Ires, de que nesta Entidade uma parte significativa dos atendidos, em vez de
118 oito horas como é comumente calculado, faz-se atendimentos de dez horas diárias, isto
119 contando do horário de entrada até a saída, então foi discutido entre os presentes esta
120 situação, e concordaram em alterar o cálculo. Como nesta reunião se fazia presente um
121 representante de cada Entidade beneficiaria, já foi tratado que cada uma enviaria para
122 Secretaria Executiva a lista de seus atendidos, contendo os dados principais e mais a
123 quantidade de horas que ficam no Serviço. A segunda reunião ocorreu no dia 14 de
124 fevereiro, onde a comissão já tinha em mãos o relatório dos atendidos de cada Entidade,
125 contendo nome, nome do responsável, endereço completo (devido o critério de ser
126 considerado somente os de Toledo-PR) e a quantidade de horas que permanecem no
127 Serviço, então a comissão fez a análise dos relatórios um a um, baseado na transparência
128 que este processo deve ter. O coordenador da Comissão relata que nesta reunião também
129 foram feitos os cálculos, baseados nos relatórios apresentados, e a per capita ficou no valor
130 de R\$ 805,60; Segue a quantidade de atendidos e o valor calculado para cada Entidade:
131 Ação Social São Vicente de Paulo (300 atendidos/ 04h diárias), valor calculado: R\$
132 241.680,00; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Toledo - APAE (98
133 atendidos/ 04h diárias), valor calculado: R\$ 78.948,80; Casa de Maria (413 atendidos/ 04h
134 diárias), valor calculado: R\$ 332.712,80; Centro Beneficente de Educação Infantil “Ledi
135 Maas” - Lions (40 atendidos/ 04h diárias + 50 atendidos/ 10h diárias), valor calculado: R\$
136 132.924,00; Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda (80 atendidos/ 04h diárias +

137 20 atendidos/ 08h diárias), valor calculado: R\$ 96.672,00; HOESP- Associação Beneficente
138 de Saúde do Oeste do Paraná (91 atendidos/ 02h diárias). Após a apresentação do Senhor
139 Lineu, a Diretora Marília expõe os critérios para que essas Entidades possam acessar esses
140 valores, que são: a) estejam com Registro e Inscrição de Programas ativos no Conselho
141 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; b) que estejam em regular
142 funcionamento no município de Toledo; c) que apresentem relação nominal atual de usuários
143 atendidos, com data de nascimento, nome do responsável e endereço, tendo como
144 referência o mês de janeiro de 2020; d) que apresentem toda a documentação especificada
145 no Art. 34 da Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014; e) O valor a ser rateado entre as
146 Entidades será de acordo com o número de usuários atendidos, ou seja, per capita,
147 conforme relação nominal atual apresentada; f) Os recursos financeiros repassados poderão
148 ser gastos em despesas com Recursos Humanos até 60% - de acordo com a Resolução nº
149 13/2016-CMDCA e Despesas de Capital e Custeio conforme prioridade de cada entidade; g)
150 Tem-se como referência as seguintes cargas horárias de atendimento – 2(duas) horas que
151 corresponde a metade do valor per capita, 4 (quatro) horas que corresponde ao valor per
152 capita, 8 (oito) horas que significa o valor per capita multiplicado por dois, e agora na
153 situação nova apresentada de 10 (dez) horas que corresponde o valor per capita multiplicado
154 por dois e meio. E esclarece que com essas referências é que se chega nos valores que o
155 Senhor Lineu apresentou anteriormente. Sem questionamentos, a Presidente coloca em
156 votação pela aprovação dos critérios para o Chamamento Público, sendo aprovado por
157 todos. **Item H da pauta - Deliberar sobre nova composição da Mesa Diretora do**
158 **CMDCA:** A presidente Ivone Laguna discorre a plenária sobre as dificuldades de a Mesa ter
159 em sua composição apenas a Presidente, Vice-Presidente e a Secretária Executiva, pois a
160 demanda deste Conselho é grande, principalmente no que diz respeito as correspondências
161 e ofícios, e acredita que tendo mais pessoas isso dê mais força ao Conselho, além de
162 facilitar o trabalho e a tomada de decisões. A Vice-Presidente Cíntia contribui, explanando
163 que um modelo de Mesa a qual pensaram foi baseado no Conselho da Assistência, em que a
164 composição da Mesa Diretora se dá pela: Presidente, Vice-Presidente, Secretária Executiva
165 e acrescido pelos Coordenadores de cada Comissão Permanente, e está é a ideia de Mesa
166 como proposta ao CMDCA também. Comenta ainda que as reuniões da Mesa são feitas na
167 quarta que antecede a Reunião Ordinária, para que possa ser montada a pauta e responder
168 as correspondências que se fizerem necessárias. A Presidente cita as Comissões
169 Permanentes que farão parte então da Mesa Diretora, sendo: Comissão Técnica de Registro
170 e Inscrição, Comissão de Orçamento e Fundo, Comissão de Comunicação, Articulação e

171 Divulgação, Comissão de Ética e Comissão de Capacitação Continuado do Conselho
172 Tutelar. Não tendo opiniões contrárias, a Presidente Ivone coloca em votação a nova
173 composição da Mesa Diretora do CMDCA, sendo aprovada por todos os Conselheiros. **Item I**
174 **da pauta - Deliberar sobre Proposta de Capacitação ao Conselho tutelar:** A Vice-
175 Presidente e também coordenadora da Comissão de Capacitação Continuada do Conselho
176 tutelar Cíntia Regina Brun, expõe a plenária que esta Comissão se reúne para pensar
177 Capacitações com temas pertinentes para atender as demandas dos Conselhos e que
178 geralmente essas são aplicadas por representantes das diversas Políticas do Município. A
179 mesma explica que neste ano tem uma proposta de Capacitação diferente para o Conselho
180 Tutelar, e que a Comissão se reuniu no dia 29 de janeiro e discutiram sobre a contratação do
181 consultor e palestrante Luciano Betiate, muito conhecido por seu currículo e por já ter atuado
182 como Conselheiro Tutelar, inclusive é autor da maior bibliografia sobre o Conselho Tutelar. A
183 mesma explana ainda que a ideia inicial é que os Conselheiros sejam capacitados para que
184 possam desempenhar corretamente suas funções, e capacitá-los neste sentido muito irá
185 contribuir, tendo em vista esta nova composição, em que a maioria dos Conselheiros
186 Tutelares são novos. A proposta consiste em uma formação de dezesseis (16) horas/aula,
187 dividida em dois módulos, sendo dois dias cada módulo, para que um grupo possa participar
188 em um dia, e outro grupo no outro dia, até mesmo para que os Conselhos não precisem
189 fechar as portas para fazerem a capacitação. O primeiro módulo foi pensado para o mês de
190 maio e o outro módulo para junho, e o valor do orçamento feito pela equipe do Palestrante foi
191 de R\$ 7.580,00 (sete mil, quinhentos e oitenta reais), incluindo transporte, alimentação e
192 hospedagem. As sugestões de conteúdo também vieram na proposta enviada pela equipe,
193 para que sejam escolhidos conforme a necessidade do Município. A Coordenadora da
194 Comissão explica ainda que a contratação do palestrante se enquadra nos casos
195 inexigibilidade de licitação devido o notório conhecimento/especialização na área dos Direitos
196 da Criança e do Adolescente, conforme a lei Federal nº 8.666/93 no artigo nº 25, e esclarece
197 que o custeio desta capacitação sairá do orçamento Criança, do fundo da Secretária de
198 Assistência Social. Sem questionamentos, a Presidente Ivone Laguna coloca em votação a
199 proposta de Capacitação ao Conselho tutelar, sendo a aprovada por toda a plenária. **Item J**
200 **da pauta - Relatos das Comissões de trabalho do CMDCA:** •Comissão Técnica, de
201 Registro e Inscrição: Não houve reunião. •Comissão de Orçamento e Fundo: Houve duas
202 reuniões no mês de fevereiro e os relatos já foram citados anteriormente pelo Senhor Lineu
203 Wutzke. •Comissão de Comunicação, Articulação e Divulgação: Não houve reunião.
204 •Comissão de Ética: Cíntia Regina Brun relata que a comissão se reuniu no dia 12 de

205 fevereiro para analisar uma denúncia que chegou ao fim do ano 2019, sobre a quebra de
206 sigilo por parte de um conselheiro tutelar, ao revelar a uma família quem havia lhes
207 denunciado ao Órgão, que neste caso foi uma instituição municipal de ensino, o que causou
208 um grande constrangimento entre o denunciante e a família. Mediante os fatos, expô-se que
209 na reunião da Comissão de Ética foi consenso que a atitude do conselheiro foi errada e que
210 a instituição precisaria ser fortalecida para não deixar de apontar se novas situações
211 similares acontecessem, bem como, teria de receber uma resposta à falta ética denunciada.
212 Diante do entendimento de tratar-se de uma nova gestão de Conselheiros Tutelares, os
213 encaminhamentos da comissão foram: 1) Produção de ofícios orientativos (Ofício nº
214 009/2020-CMDCA e 010/2020-CMDCA) cujos destinatários foram o Conselho Tutelar I e II,
215 respectivamente, ressaltando sobretudo a importância do sigilo das informações recebidas,
216 com base no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal Nº 2.043/2010; 2) a
217 Comissão elaborou ofício para a Instituição de Ensino Municipal; Cíntia explica ainda, que
218 dentro deste contexto, a Comissão acordou que iniciarão com uma orientação, e, havendo
219 novas denúncias neste sentido será advertido o Conselheiro. O próximo passo, numa
220 reincidência do fato, é afastar das funções, como nossa Lei Municipal prevê. Mas reforçou
221 que para chegarem à isto, todas as etapas anteriores tem de haver sido seguidas e
222 executadas. Acrescentou-se ainda, que paralelamente àquela denúncia, também outra está
223 pendente de providências do CMDCA, tratando-se de postura e abordagem inadequada de
224 Conselheira Tutelar, que não desenvolve o primeiro mandato de atuação. O fato trazido
225 revela possível violência psicológica por parte da conselheira para com criança atendida.
226 Para esta situação, a sugestão da Comissão de Ética é de advertência à Conselheira Tutelar.
227 Colocada em votação pela Presidente do CMDCA, a plenária votou favorável à aplicação de
228 advertência. A coordenadora da Comissão de Ética Edmara de Souza, acrescenta ainda que
229 no ano de 2019 as reuniões desta comissão basicamente foram sobre questões de ética no
230 Conselho Tutelar, sendo muito recorrente essas situações, e que espera que com a
231 mudança dos Conselheiros e a nova forma de administrar dentro desse passo a passo,
232 venha possibilitar um melhor controle e punição do respectivo conselheiro. •Comissão
233 Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária: Não houve reunião. •Comissão
234 Intersetorial de Medidas Socioeducativas: Não houve reunião. •Comissão Especial para
235 revisão da Lei e Regimento Interno do CMDCA: Não houve reunião de fato, mas a
236 coordenadora da Comissão senhora Ires Damian Scuzziato, apresenta os pontos os quais
237 sugere alteração tanto na Lei quanto no Regimento Interno, porém a plenária sugere que
238 seja enviado por e-mail os pontos que foram sugeridos para serem alterados, e preferem que

239 não sejam colocados em votação nesta reunião, mas sim, que a comissão se reúna para
240 melhor discussão, e posterior a isso passar por aprovação neste Conselho. Outro item que a
241 conselheira Ires trouxe para discussão com a plenária foi sobre a PEC 187/2019, que está
242 para ser votada pelo Senado, e que esta trata sobre a extinção dos Fundos Públicos. Os
243 Fundos que forem em Lei Ordinária, deverão dentro de dois anos se tornar uma Lei
244 complementar, que significa que deve constar na constituição Estadual, Federal e na Lei
245 Orgânica do Município. A Senhora Ires então sugere que se aguarde a votação, e que
246 posterior a decisão, caso ela seja favorável, que se crie uma Comissão com assessoria
247 jurídica da Câmara e da Prefeitura, e ainda um representante de cada Conselho que possua
248 Fundo, para que possa se analisar e fazer as alterações necessárias na Lei Orgânica do
249 Município. Porém frisa que esse ponto deverá de ser discutido novamente por este Conselho
250 caso ocorra a aprovação da PEC 187, e justifica que trouxe este assunto para que todos
251 pudessem saber o que está acontecendo e o grande problema que isso pode gerar que é o
252 enfraquecimento dos Conselhos de Direitos, visto que estes precisam dos respectivos
253 Fundos para o pleno funcionamento. •Comissão Especial para acompanhamento das
254 inspeções dos Serviços Socioassistenciais: Não houve reunião. •Comissão Organizadora do
255 Processo Eleitoral do Conselho Tutelar, Gestão 2020-2023: Não houve reunião, e como o
256 processo eleitoral já passou os conselheiros sugeriram tirar das próximas pautas. Comissão
257 Capacitação Continuado do Conselho Tutelar: A Conselheira Cínthia passou o assunto que
258 foi tratado na reunião desta Comissão anteriormente (item i da pauta). A Presidente da
259 sequência com o **Item A dos informes - Correspondências recebidas:** Of.
260 207/2020-VIJ/INF, de 24/01/20- (Solicitação de informações sobre doação de objetos); Of.
261 197/2020-VIJ, de 27/01/20 (Ciência de acolhimento institucional); Of. 305/2020-VIJ/CÍVEL,
262 de 04/02/20 (Ciência da destituição do poder familiar); Of. Circular 07/2020-SMS, de
263 11/02/20 (Convite ao representante do CMDCA no grupo de Trabalho Intersetorial Municipal
264 p/ acompanhamento e monitoramento do Plano Operativo Municipal (POM)); Of. 75/2020-
265 SMED, de 12/02/20 (Resposta ao Ofício nº 02/2020-CMDCA, Sobre a avaliação da
266 metodologia de chamamento nos CMEI's); Of. 382/2020-VIJ/CÍVEL, de 12/02/20 (Ciência da
267 destituição do poder familiar); Of. 099/2020-MP/PROEDUCA, de 12/02/20 (Solicita
268 informações acerca da reforma do CRAS V); Of. 103/2020-MP/PROEDUCA, de 12/02/20
269 (Solicita informações acerca da implementação de equipe volante no serviço de Proteção
270 Básica); Of. 475/2020-VIJ, de 21/02/20 (Comunicação de transferência de valores).
271 **Correspondências expedidas:** Of. 001/2020 de 22/01/20- Gabinete do Prefeito
272 (Contratação de equipe do PAEFI – CREAS II); Of. 002/2020 de 22/01/20- SMED

273 (Solicitação de avaliação da metodologia de chamamento nos CMEI's); Of. 003/2020 de
274 04/02/20- SMAS (Solicitação de providências quanto a implementação Programa
275 PROJOVEM); Of. 004/2020 de 04/02/20- VIJ (Resposta Of. 2442-2019- implementação
276 Programa PROJOVEM); Of. 005/2020 de 04/02/20- VIJ (Resposta mandato de entrega 1129-
277 2019-INF - Referente a doação de objetos); Of. 006/2020 de 04/02/20- SMAS/AJU (Resposta
278 Of. 01-2020 - Informa suspensão de concessão de liminar referente ao Ofício 3818/2019-VIJ/
279 CÍVEL); Of. 007/2020 de 17/02/20- VIJ (Resposta Of. 0065/2020- dados atualizados da
280 equipe do CMDCA); Of. 008/2020 de 19/02/20- VIJ (Pedido de prazo de resposta para mais
281 30 dias); Of. 009/2020 de 19/02/20- CT I (Orientação para Conselheiros Tutelares); Of.
282 010/2020 de 19/02/20- CT II (Orientação para Conselheiros Tutelares); Of. 011/2020 de
283 19/02/20- Escola Municipal São Francisco de Assis (Resposta ao ofício n° 45/2019). **Item B**
284 **dos informes – Apresentação da resposta da Secretaria de Educação sobre a**
285 **Metodologia de chamamento para vagas nos CMEI's:** A conselheira Fernanda Maria
286 Soprani faz a leitura da resposta em atenção ao ofício n° 02/2020-CMDCA, elaborada pela
287 Secretaria Municipal de Educação, e explana a plenária sobre o referido assunto, lembrando
288 a todos sobre o contexto até se chegar na metodologia que se aplica hoje. Destaca que no
289 ano de 2016 foi criada uma Comissão que estudou e avaliou uma forma que reduzir a fila de
290 espera para o ingresso nos CMEI's, e foi então que surgiu a Instrução Normativa n° 01/2017
291 que estabeleceu os critérios de prioridade para matrícula inicial em jornada integral.
292 Fernanda exemplifica através de dados para a plenária ter ciência, que recentemente foi feito
293 um chamamento em que se contemplou setecentos e quarenta e sete (747) crianças, sendo
294 trinta e sete (37) delas em jornada integral, e setecentos e dez (710) em jornada parcial, e a
295 fila de espera encontra-se com setecentos e nove (709) crianças novamente. A mesma
296 explica que a Secretaria de Educação não vê como alterar a metodologia trabalhada
297 atualmente, visto que o número de crianças na fila de espera são sempre muito expressivos.
298 Em resposta a dúvida de um conselheiro se a Secretaria de Educação teria tabulado a
299 quantidade de famílias que solicitam vagas tanto integral, quanto parcial, Fernanda esclarece
300 que não tem esses números tabulados, em virtude de que as famílias solicitam apenas a
301 vaga, e posteriormente, no chamamento, é que se faz o batimento para definir se a criança
302 atende a critério de prioridade ou não. Outra dúvida levantada pela plenária, é sobre quais os
303 critérios para se conseguir período integral, e a conselheira Fernanda aclara que são:
304 crianças encaminhadas pelo Poder Judiciário, crianças com deficiência, crianças que tenham
305 o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e crianças beneficiárias do Programa Bolsa
306 Família em que a mãe esteja trabalhando no ato da matrícula. Mediante a vários

307 questionamentos levantados pelos conselheiros, a Vice-Presidente Cíntia relembra que
308 chegou-se na decisão de oficializar a Secretaria de Educação justamente por terem sido
309 levantadas várias interrogações durante a apresentação do relatório de gestão da Educação
310 na reunião ordinária de janeiro, pois os conselheiros solicitaram a quantidade de famílias que
311 requisitam o período integral e não conseguem, e não se tinham esses números. A partir
312 dessas dúvidas, é que foi solicitado para que avaliassem a metodologia empregada para
313 chamamento das crianças para vagas nos CMEI's, a Vice-Presidente frisou ainda que é
314 muito importante que esses números sejam mensurados, para se pensar em novas
315 possibilidades e aprimorar essa importante Política Pública. A Diretora de Gestão do SUAS
316 Marília, sugere que seja criada uma Comissão temporária dentro do CMDCA, para se juntar
317 a Educação e pensar em alternativas para a oferta dessas vagas. A Presidente Ivone Laguna
318 se manifesta favorável a sugestão, e coloca em votação a criação da Comissão Especial
319 sobre vagas na Educação Infantil, sendo aprovado por todos os conselheiros. Em
320 continuidade a Presidente solicita que se manifestem os Conselheiros que se dispõem a fazer
321 parte desta comissão, sendo que a Conselheira Ires Damian Scuzziato (Ledi Maas)
322 apresentou interesse, senhor Lineu Wutzke (Aldeia Infantil Betesda), Chirlei Echhardt
323 (APAE), por indicação da Secretaria de Assistência Social ficou a senhora Josieli de Fátima
324 Vieira Magnus, e por fazerem parte do CMDCA e da Secretaria de Educação foram indicadas
325 as conselheiras Fernanda Maria Soprani e Janaina Mery Gomes Formighieri que
326 prontamente se dispuseram inclusive para coordenarem os encontros da referida Comissão.

327 **Item C dos informes – Resposta ao ofício 2442/2019- VIJ/CÍVEL:** A Presidente Ivone faz a
328 leitura da resposta que foi elaborada pela Mesa Diretora à Vara da Infância e da Juventude
329 através do Ofício nº004/2020-CMDCA, e aponta que o assunto é decorrente de uma Ação
330 Civil Pública do MP ao Município de Toledo, que trata sobre a ampliação do Serviço de
331 Convivência e Fortalecimento de Vínculos Projovem Adolescente. Então a Presidente
332 convida a senhora Cíntia Regina Brun, para explicar à plenária como Diretora da Proteção
333 Social básica sobre esta demanda do Poder Judiciário, e a mesma expõe primeiramente aos
334 presentes o que é este Serviço, como ele funciona e seu contexto geral, para que todos
335 pudessem lembrar, por este assunto já ter sido apresentado em reuniões deste Conselho
336 ainda no ano passado. Discorre que esta Ação Civil Pública do MP se estende desde o
337 segundo semestre de 2019, o qual visava a dissolução completa da demanda reprimida do
338 Projovem ainda naquele ano. Esclarece que o município solicitou um prazo maior para
339 estruturação necessária, tanto no âmbito físico, orçamentário, como também em aumento de
340 RH e está se organizando para, de fato, atender a toda esta demanda. Relata que a reforma

341 do CRAS V já está completa, contando com uma nova sala, com a qual conseguiu-se ampliar
342 de 16 para 40 adolescentes atendidos, então naquele território já é uma realidade o aumento
343 de vinte e quatro (24) vagas neste Programa. Explica ainda sobre as previsões de ampliação
344 das vagas nos territórios, sendo: no CRAS I - Vila Pioneiro, a previsão é aumentar em mais
345 vinte (20) vagas, com mais um coletivo; no CRAS II - Jardim Europa ampliar mais quarenta
346 (40) vagas com a abertura de mais dois coletivos; e no CJU-Europa ampliar mais quarenta
347 (40)vagas - sendo este último usado apenas o espaço físico do Centro da Juventude, mas
348 executado pela SMAS. Complementou que as vagas foram ampliadas conforme a demanda
349 dos territórios, não havendo demanda reprimida registrada nos territórios do CRAS III -
350 Coopagro e CRAS IV - Panorama. Esclareceu-se ainda que são previsões que ainda não se
351 concretizaram devido a falta de equipamentos para as salas, pois as estruturas físicas e os
352 recursos humanos a Secretaria de Assistência já dispõe. A Diretora menciona também que
353 além dos equipamentos, tem o Projeto de Lei para ampliação das Bolsas auxílio deste
354 Programa, que ainda está tramitando na Câmara de Vereadores e que precisa ser votado
355 para que de fato possa aplicar-se todo esse planejamento. **Item D dos informes-**
356 **Resolução nº 43, que delibera por alterações no Regimento Interno do CMDCA:** A
357 Presidente Ivone destaca que no mês de Julho de 2019 foi aprovado neste conselho
358 algumas alterações no Regimento Interno e trouxe como ponto de pauta para lembrar o
359 que foi alterado quanto ao quórum, sendo: **II – De:** Art. 28 (...) § 2º. As Assembleias do
360 Plenário realizar-se-ão em primeira chamada, com no mínimo metade mais um de seus
361 membros; **Para:** Art. 28 (...) § 2º. As Assembleias do Plenário realizar-se-ão em primeira
362 chamada, com no mínimo metade mais um de seus membros, caso não haja *quórum*
363 mínimo, após 15 minutos a mesma será instaurada com qualquer número de conselheiros
364 presentes. A mesma salienta que mesmo não necessitando de *quórum* mínimo, todos os
365 conselheiros tem um importante papel neste Conselho de Direitos, principalmente nas
366 reuniões em que apresenta-se os Relatórios de Gestão, pois estes, precisam ser aprovados,
367 e mediante a aprovação é que vai para o Tribunal de Contas. E pede para que todos se
368 comprometam de fato com as reuniões do Conselho da Criança e do Adolescente. **Item E**
369 **dos informes: Outros Informes:** O Conselheiro Lineu Wutzke relata que participou como
370 representante do CMDCA na reunião da Comissão Intersetorial Municipal para
371 Acompanhamento e monitoramento do Plano Operativo Municipal (POM) que foi realizada no
372 dia 19 de fevereiro, e ocorreu no novo espaço da Casa de Semiliberdade, propositalmente,
373 para que pudessem contemplar como ficou a obra após concluída. O mesmo descreve que a
374 estrutura ficou extraordinária, tudo muito bem projetado, a pintura e os acabamentos

375 bastante aprimorados e que foi uma surpresa bem agradável. Expõe que a Casa de
376 Semiliberdade já conta com equipe de trabalho, que foi reordenada do Cense para esta nova
377 composição, e conforme o Poder Judiciário for encaminhando o espaço já está pronto para
378 ser utilizado. Explica que nesta reunião também teve como ponto de pauta o POM que
379 completou quatro anos e que este está em reavaliação, e a sugestão que surgiu é de que o
380 Plano seja efetivamente reavaliado quando o novo Cense estiver em pleno funcionamento, e
381 que seja criado um novo para a Casa de Semiliberdade, visto que são realidades diferentes.
382 Menciona que há um recurso previsto, para ser investido na saúde dos adolescentes ainda
383 neste ano e que a equipe fará o levantamento e a previsão de onde será gasto. Tratou-se
384 também sobre o evento anual que é o Seminário de Atenção Integral à Saúde do
385 Adolescente em Medida Socioeducativa de Internação, que está previsto para a segunda
386 quinzena do mês de outubro, e neste ano será trabalhado o tema “Violência”, sendo que já
387 estão pensando em facilitadores para o evento e fazendo os contatos, e em breve haverá
388 mais detalhes sobre o referido Seminário. O conselheiro comenta, que na mesma semana a
389 Comissão também visitou o Cense, porém não conseguiu acompanhar devido na data ter
390 tido outro compromisso. Como outro informe a Secretária Executiva apresenta o Mandado de
391 Entrega nº1129/2019-VIJ, para que as Entidades pudessem escolher os objetos que vieram
392 para doação. Então a conselheira Cíntia solicita a plenária em nome na Diretora de
393 Proteção Social Especial Isabel Cristina dos Santos Marques, para que se possível dois
394 aparelhos fossem designados uma a cada CREAS, para que a equipe tenha um celular
395 institucional para se comunicar com as famílias, o que foi aprovado pela plenária. Os objetos
396 foram destinados conforme segue: um celular marca Samsung DUOS, cor branca, capa
397 preta, doado a: Aldeia Infantil Betesda; um celular marca Samsung J5 PRO, cor prata, doado
398 a: Ação Social São Vicente de Paulo; um celular marca Samsung Duos, cor preta, doado ao:
399 CREAS I; um boné preto com a escrita “Brutos”, doado a: Ação Social São Vicente de Paulo;
400 um celular marca Samsung, cor cinza”, doado a: Ação Social São Vicente de Paulo; um
401 aparelho celular, marca Samsung, cor azul escuro, doado ao: CREAS II. Sem mais assuntos,
402 a presidente do CMDCA, senhora Ivone Laguna encerra a reunião às 11h05min. Nada mais
403 havendo a tratar, eu, Greice Kelly Schröer da Silva, encerro a presente ata, a qual será
404 assinada por mim e pelos demais presentes.